

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2



Natalia Colombo
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações 2 / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5706-454-2
 DOI 10.22533/at.ed.542200810

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O segundo volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas concernentes à educação, processos históricos, tecnologias, capitalismo e suas rupturas, informação, globalização, interdisciplinaridade, relações jurídicas, rituais e especificidades culturais.

Abrimos o volume com capítulos relacionados à educação: abordando a escola como instituição social de maior relevância na formação de personalidade e convívio, desenvolvimento humano e sobre como o uso de fontes históricas, o processo de inclusão e exclusão socio espacial e acesso e uso de tecnologias interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Na sequência reflexões sobre a vivência na formação de educadores, experiências poético-estéticas sobrepostas à ciência como base do conhecimento e a valorização dos saberes dos povos originários; abrem um debate sobre imposições formais e os benefícios na flexibilização da visão de uma única estrutura possível na construção do conhecimento.

Tais rupturas nos apresentam readequações nas leituras sobre o modo de vida na sociedade capitalista como a conhecemos e a adaptação iminente e necessária desse modelo pré-estabelecido.

Na sequência, o sujeito é apresentado como o centro do debate da crise da informação, globalização e instantaneidade; relações entre homem e máquina, inteligência artificial e novos discursos e visões de responsabilidade civil e jurídica.

Encerramos apresentando quatro capítulos que tratam de abordagens sobre as especificidades culturais nas relações humanas e debates sobre os papéis dos rituais na sociedade.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO - UM DIREITO	
Adelcio Machado dos Santos	
Daniele Martins Leffe	
DOI 10.22533/at.ed.5422008101	
CAPÍTULO 2	8
DISTINÇÕES, RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR	
Jocélia Barbosa Nogueira	
Maria Rita Santos da Silva	
Elenize Cristina Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5422008102	
CAPÍTULO 3	17
DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E ARTE: DA SUBJETIVAÇÃO À SALA DE AULA	
Ana Julia e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5422008103	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO CARTOGRÁFICO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE PRESIDENTE PRUDENTE: DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DO PROFESSOR	
Paulo Roberto Alves de Araujo Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5422008104	
CAPÍTULO 5	39
ARTE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (UFT - TOCANTINÓPOLIS)	
Anna Flávia Martins Duarte	
Kênia Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5422008105	
CAPÍTULO 6	55
O QUE MAIS CONTA NA ESCRITA, MÉTODO OU SENSIBILIDADE? RELAÇÕES DE PODER NA ESCRITA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PRODUÇÃO DOS NÃO-HISTORIADORES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.5422008106	

CAPÍTULO 7	69
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER	
Joseli Vaz Fabricio	
Guilherme Nunes de Freitas	
Juliana Rodrigues da Silva	
Karine Aparecida dos Santos Vaz	
Renato Salla Braghin	
Diogo Bertella Foschiera	
DOI 10.22533/at.ed.5422008107	
CAPÍTULO 8	79
ARA WATASARA: CARTOFILIA DO RIO SOLIMÕES	
Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.5422008108	
CAPÍTULO 9	92
VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO-PR	
Eliandra Francielli Bini Jaskiw	
Luiz Fernando de Carli Lautert	
DOI 10.22533/at.ed.5422008109	
CAPÍTULO 10	102
O CAPITAL ENCURRALADO	
Atanásio Mykonios	
DOI 10.22533/at.ed.54220081010	
CAPÍTULO 11	117
PRÊT-À-PORTER: UMA ESTÉTICA DA VIDA CONTEMPORÂNEA	
Gabriel Liberato Duarte dos Reis	
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.54220081011	
CAPÍTULO 12	128
TRÊS INTENÇÕES, UM OLHAR: EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO COLETIVA DE PROJETOS DE PESQUISA DE DOUTORADO	
Larissa Silva Gonçalves	
Lúcia Maria Barbosa Lira	
Telma de Verçosa Roessing	
DOI 10.22533/at.ed.54220081012	
CAPÍTULO 13	141
DISCURSO JURÍDICO E PRÁTICAS SOCIAIS	
Heliud Luis Maia Moura	
DOI 10.22533/at.ed.54220081013	

CAPÍTULO 14	155
I.A.: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E ASPECTOS ÉTICOS ACERCA DO ARTIFICIAL E NOVAS FORMAS DE INTELIGÊNCIA	
Mateus Catalani Pirani	
Daniel Stipanich Nostre	
DOI 10.22533/at.ed.54220081014	
CAPÍTULO 15	167
RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES ECONÔMICOS	
Maiara Motta	
Gabriel Moura Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.54220081015	
CAPÍTULO 16	181
RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
Maiara Motta	
Kelly Cristina Canela	
DOI 10.22533/at.ed.54220081016	
CAPÍTULO 17	195
A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> EM <i>PASSAGEM PARA ARARAT</i> , DE MICHAEL ARLEN	
Dayse Oliveira Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54220081017	
CAPÍTULO 18	202
RITUAL MÍSTICO-RELIGIOSO E TERAPIAS DE CURA NA CAVERNA SANTA TEREZINHA NA SERRA DO RONCADOR, COCALINHO - MATO GROSSO	
Nataly Aparecida Carvalho Neves Linhares	
DOI 10.22533/at.ed.54220081018	
CAPÍTULO 19	211
“ENTRE A CRUZ E A ESPADA”: A IMPORTÂNCIA DOS RITOS FÚNEBRES COMO PRÁTICA DE FÉ AINDA QUE DIANTE DE COIBIÇÃO HEGEMÔNICA	
Viviane Faria Lopes	
Emerson de Stefani	
DOI 10.22533/at.ed.54220081019	
CAPÍTULO 20	226
TROCAS AFETIVAS EM CONTEXTO DE INTERAÇÃO MÃE-BEBÊ	
Clarice Bieler	
DOI 10.22533/at.ed.54220081020	
CAPÍTULO 21	236
DESAFIOS NO CUIDAR DOS IDOSOS: CONTRIBUTO DA METODOLOGIA DE CUIDADO HUMANIDADE NA REDUÇÃO DA ANSIEDADE DOS CUIDADORES	
Liliana Vanessa Lúcio Henriques	

Rosa Cândida Carvalho Pereira de Melo
Mónica Paula Lopes de Oliveira Pereira
Andreia Henriques
Maria Amélia Nabais Martins
Rafael Efraim Dias Geraldês Alves

DOI 10.22533/at.ed.54220081021

SOBRE A ORGANIZADORA.....	248
ÍNDICE REMISSIVO.....	249

I.A.: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E ASPECTOS ÉTICOS ACERCA DO ARTIFICIAL E NOVAS FORMAS DE INTELIGÊNCIA

Data de aceite: 01/10/2020

Mateus Catalani Pirani

Universidade Católica de Santos

Daniel Stipanich Nostre

Historiador

RESUMO: O avanço constante dos progressos social, científico e tecnológico desencadearam novas abordagens acerca das relações humanas correlacionando conhecimento e às máquinas. Busca-se ao longo deste trabalho analisar questões sobre modelagem da sociedade que resultou na chamada “Inteligência Artificial” (IA) e seus impactos no contexto social, partindo de um olhar histórico, enfatizando os questionamentos que este emergente ramo da ciência ocasiona. Analisar-se-á o modelo básico e fundamental da perspectiva jurídica, que fundamenta a proposta da Inteligência Artificial que, supostamente, pode se “comportar” ou “pensar” de maneira inteligente. Com a possibilidade de criar máquinas com Inteligência, é importante haver uma preocupação com a questão ética das máquinas acerca das condutas delas para que não ocorra prejuízos aos seres humanos e outros seres vivos, questionando o alcance do Artificial enquanto conceito que influencia diretamente o que entendemos por Inteligência.

PALAVRAS CHAVE: Inteligência Artificial; Evolução; Direito Digital; Ética; Privacidade.

ABSTRACT: The constant advance of social, scientific and technological progress has

triggered new approaches about human relations, correlating knowledge and machines. Throughout this work we seek to analyze questions about the modeling of society that resulted in the so-called “Artificial Intelligence” (AI) and its impacts on the social context, starting from a historical perspective, emphasizing the questions that this emerging branch of science causes. We will analyze the basic and fundamental model of the legal perspective, which underlies the proposal of Artificial Intelligence that, supposedly, can “behave” or “think” in an intelligent way. With the possibility of creating machines with Intelligence, it is important to be concerned with the ethical question of machines about their behavior so that there is no harm to humans and other living beings, questioning the reach of Artificial as a concept that directly influences what we understand for Intelligence.

KEYWORDS: Artificial Intelligence; Evolution; Digital Law; Ethic; Privacy.

1 | INTRODUÇÃO

O mundo das comunicações tem evoluído de maneira veloz, durante essa evolução, há a busca por atender às necessidades humanas com maior eficácia nos processos diários, proporcionando maior assertividade nas tarefas. Neste cenário, que remonta ao período da Segunda Guerra Mundial com a invenção do primeiro decifrador de códigos, a ciência da computação vem evoluído para a construção de um “ser” capaz de simplificar e pensar ações.

O surgimento da Inteligência Artificial

(IA) chega unido a máquinas desenvolvidas especialmente para utilizar esse recurso, são elas: robôs, drones, veículos autônomos, membros artificiais e, o mais comum, smartphones. Estes que unidos convidam a questionar a própria essência do que constitui a vida e sua evolução ao longo de dezenas de séculos.

Desse modo, por seu caráter indeterminado em certo sentido, por possuir a capacidade de surpreender¹, os modelos da Inteligência Artificial apresentam, assim como nós humanos, questões éticas, sociais e culturais, pelo fato do avanço tecnológico provocar e implicar alterações no possível comportamento humano, resultando assim em novas relações do homem com esta sociedade em constante e crescente mutação.

No entanto, é preciso se trabalhar a questões jurídicas que intermedeiem e limitem os avanços, preservando-se a privacidade dos indivíduos, pois bem, como é proposto à Inteligência Artificial, evoluir seu conhecimento com humanos, a fim de proporcionar experiências cada vez mais amistosas assemelhando-se a seres humanos durante o contato com o usuário.

Ressalta-se sobre a ferramenta IA estar obrigatoriamente ligada a um dispositivo físico, cujo armazenamento de informações processará na referida Inteligência. Desta experiência é comum percebermos, a exemplo, um verdadeiro exagero de publicidade baseada em fala, escrita e localização GPS, captada por nossos *gadgets* de uso diário.

A partir desta abordagem, com explicação das devidas diretrizes e parâmetros legais, podemos seguir com o pensamento filosófico e ético, com os quais uma linha de discorrimento será assinalada, propondo a reflexão acerca da influência ocasionada pela comodidade e uso da Inteligência Artificial em nossa vida.

2 | INOVAÇÃO E EVOLUÇÃO

Inovação é o que move o mundo, estamos caminhando para um novo presente a todo instante, a toda época, investigando novos caminhos e desdobrando-os sobre as perspectivas que assombram as grandes ideias que se difundiram pelo mundo de acordo com o necessário naquele período. Algumas ideias, até mesmo as que ocorreram por acidente, estão presentes e são base dos inventos que temos cotidianamente.

Partir em busca de uma inovação é também estudar a origem, bem como o tão importante presente, pois é desta origem que nos reencontramos com diferentes caminhos, que poderiam ser seguidos ou não, se desenvolvendo distintamente. Em um breve exemplo, Foucault consagra a oposição feita por Nietzsche para definir o conceito de origem, vista por ele como uma forma de pesquisar e reencontrar a forma original e mais exata de algo antes de se desenvolver e assim estudar os vieses que tal ponto de partida poderia seguir, logo articulando uma superfície com as marcas que nela foram deixadas pela história

¹ Frequentemente as máquinas agem de maneira inesperada porque seu conjunto de condições iniciais é muitas vezes desconhecido, então, uma previsão acurada de todos os possíveis comportamentos dos mecanismos seria impossível (TURING, 1950, p. 450).

(VEYNE, 1971, p. 17).

Um desses caminhos foi escrito e com ele movimentos, obras e objetos foram criados de acordo com a tecnologia e tal necessidade de diferentes períodos. Em um panorama intelectual e tecnológico, como planejamos abordar, temos exemplos de movimentos que atravessam diversas barreiras históricas e culturais, a primeiro exemplo a Escola dos Annales, desenvolvida durante o Século XX, quando busca compreender e explicar o mundo às gerações posteriores, revolucionando as práticas historiográficas da época, as quais baseavam-se nos grandes feitos de grandes homens, políticos e militares, adicionando a chamada “história da sociedade”, preocupada com a moral, costumes, leis, comércio e, principalmente, a sociedade, reconstruindo valores intimamente ligados a arte, literatura, música e micro história (BURKE, 1992, p.12).

Do lado tecnológico, pode se dizer que o primeiro grande movimento documentado e efetivo foi a Revolução Industrial, que elevou as definições do povo europeu, contrastando-o com o restante do mundo, seja pela evolução dos meios de transporte, como pelos meios de comunicação. É certo que a comunicação deu início aos avanços da civilização humana, vez que a partir da difusão da comunicação de massa, iniciaram-se as mudanças críticas na evolução. Assim, a história humana pode ser contada a partir do desenvolvimento da comunicação, cujo alcance “foi assegurado de maneira definitiva pela invenção dos meios eletrônicos que aproveitam diversos tipos de ondas para transmitir signos: o telegrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, finalmente, o satélite” (BODERNAVE, 2013, p. 30).

A Internet cria uma nova esfera pública, denominada segundo Pérez Luño de *nuevo tejido comunitario*, ressaltando que houve uma mudança qualitativa radical no que se refere ao acesso à cultura, ao conhecimento e à informação. Ao contrário do que alguns podem afirmar o mundo virtual não é antagônico ao real, não é um mundo inexistente, imaginário. É um novo tipo de realidade, um outro eixo de existência. Esse novo plano de relações sociais provocou modificações no plano real ou tradicional de existência (LUNO, 2005). No entanto, essa esfera pública, infelizmente, reproduz em seu meio problemas similares aos do mundo real.

Enquanto estrutura social, a chamada “sociedade informatizada” tem sido possível graças a um conjunto de tecnologias de comunicação e de informação (FLORIDI, 2001, p.1). Esta sociedade é essencialmente caracterizada pelo acesso, comunicação e armazenamento de informações em seu sentido mais amplo, bem como o fácil acesso esses conteúdos, desconectando o mundo virtual do mundo físico. Esta transição une as mais modernas ferramentas informacionais, como a *Internet*, inserindo-as no meio digital.

Como toda mudança, a revolução digital trouxe em si uma profunda influência nas normas, princípios e valores que subjazem a vida social humana e se desenrolam em crises e questionamentos acerca da ética que sustenta essas relações. Desse modo, podemos dizer que as sociedades informacionais cada vez mais dependem da tecnologia para prosperar, mas por outro lado também precisam de um ambiente saudável e natural

para florescer (FLORIDI, 2009, p. 8).

Esta perspectiva, que reúne as revoluções científicas, para muito além da atualmente arcaica Revolução Industrial, pode proporcionar o contexto ideal no qual natureza e tecnologia se misturam. A indústria de produção de informação, bem como agências de notícias, meios informatizados de trabalho e estudo, rede de propagandas e as recentes *Startups* têm se desenvolvido à margem das revoluções, absorvendo assim as suas características mais marcantes, uma vez que estas provocam inovações, como as vistas por toda nossa história.

As evoluções científicas mudam nossas percepções do mundo externo e, conseqüentemente, nosso interior, desde modo de pensar ao agir. Destacamos a exemplo destas evoluções, cientistas como Nicolau Copernicus (1473-1543), que consagrou a cosmologia heliocêntrica transmutando o centro do universo; e Charles Darwin (1809-1882) que provou a evolução das espécies a partir de ancestrais comuns e da seleção natural. (FLORIDI, 2009, p. 9-10).

Tais menções honram essa evolução, que traçaram o linear e referência o conhecimento que temos hoje, pois as máquinas, enquanto ferramentas de informação, parecem interagir diretamente no processo de aquisição, manipulação e conservação informacional e, conseqüentemente, do conhecimento, no entanto, precisam deste para ministrá-lo. Os artefatos artificiais, uma vez existentes e presentes no ambiente orgânico, participam do processo dialético do fenômeno da informação, transformando-se em agente de manipulação, armazenamento e dissipação da informação.

A fusão entre homem e máquina acontece há anos, mas é na Inteligência Artificial que será incumbida à sociedade pensar sobre as questões além do mundo físico. As características que consolidam as Inteligências se baseiam em algoritmos, os dados que novamente se baseiam no comportamento humanos na Internet, como também na utilização de equipamentos eletrônicos, aprendendo cada vez mais com o usuário, como atender ao usuário.

3 I INTERNET, PRIVACIDADE E DADOS: MARCO REGULATÓRIO

Um elemento basilar do Estado Democrático de Direito, fundamentado no artigo 1º, II, da Constituição Federal Brasileira é a *cidadania*. Conceito este que pode ser dirimido como:

[...] conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve fortemente ligado à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração. (MADRIGAL, 2012, s.p.).

Por sua vez, Marshall assevera que “com o passar dos tempos, entretanto, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas que não apenas à política (...) situando a cidadania também na esfera jurídica e moral” (MARSHALL, 1967, p. 63-65).

Logo, o conceito de cidadania não está somente ligado a uma mera participação no processo eleitoral, mas de um indivíduo ativo, fiscalizador e controlador da atividade do Estado. O que só se faz possível uma vez que o cidadão tenha acesso aos muitos setores governamentais de transparências e portais eletrônicos, aquilo que se denomina *eDemocracia* – Não há que se falar em “e” de “eletrônico” sem rememorar o quão fundamental é o acesso qualitativo à Internet.

Assim, a cidadania constitui instrumento importantíssimo na construção e manutenção de um Estado Democrático de Direito, uma vez que presume participação social em todos os níveis e envolve direitos primordiais a cada ser humano. Por meio da cidadania, que a população aponta para determinados assuntos insatisfatórios que merecem mudanças.

Atualmente, com a informatização e virtualização de diversos serviços, os dados pessoais são cada vez mais requisitados para acessar as mais diversas plataformas, seja em lojas de departamento, em redes sociais, em plataforma de jogos *onlines* ou até mesmo cadastros em jornais virtuais. A utilização destes dados pessoais, coletados através dos meios digitais, de maneira inadequada (como por exemplo, comercialização sem consentimento do usuário), constituem um abuso ao conceito de direito de privacidade.

Derradeiramente, constitui fato notório importância a proteção dos dados pessoais atualmente, como forma de inibir as violações ao direito fundamental da privacidade e, por consequência, afastar quaisquer possibilidades de influenciar na escolha do cidadão no processo eleitoral.

Quando se fala em direito à privacidade, deve se ter em mente o exercício da liberdade. Gilberto Haddad Jabur, em sua obra intitulada “*Liberdade de pensamento e direito à vida privada: conflito entre direitos da personalidade*”, preceitua que:

O direito à privacidade decorre do direito à liberdade, na medida em que o primeiro abriga o direito à quietude, à paz interior, à solidão e ao isolamento contra a curiosidade pública, em relação a tudo o quanto possa interessar à pessoa, impedindo que se desnude sua vida particular; enquanto o segundo resguarda o direito a uma livre escolha daquilo que o indivíduo pretende ou não expor para terceiros, protegendo o seu círculo restrito da forma como lhe aprouver. (JABUR, 2000, P.260)

O direito à privacidade, em si, se tornou pauta mais influente a partir da década de 1960, época marcada pelo exponencial crescimento da circulação de informações, de aparatos tecnológicos que começaram a possuir funções de coleta e armazenamento de informações (DONEDA, 2006, p. 12).

Além disso, as novas formas de relações sociais entre os indivíduos contribuíram

para o crescimento exponencial do direito à privacidade, sobretudo a relação dos indivíduos com os espaços públicos em si.

Em que pese a característica de negação do direito à privacidade, no decorrer do século XX, com a evolução tecnológica aliada ao desenvolvimento da função social do Estado, o direito à privacidade se constituiu como um alicerce base para todos os regimes democráticos de direito, sendo inerente a cada cidadão, garantindo uma espécie de controle sobre suas próprias informações, desde dados pessoais até sua intimidade. Sendo assim, o direito à privacidade passou a ter como característica um aspecto positivo.

Assim, com o desenvolver de novas tecnologias, sobretudo com o armazenamento de dados, o direito à privacidade trouxe à tona a necessidade proteger, especificamente, estes mesmos dados armazenados dos indivíduos que utilizavam tais tecnologias.

Logo, percebe-se que o direito à privacidade sofreu mutações ao longo de todo o tempo. Se antes era entendido como um direito negativo, de se abster, agora, e por base das legislações que foram promulgadas ao longo do tempo disciplinando este tópico, adotou uma característica mais “positiva”, ou seja, de imposição à terceiros ou o Estado para que não influam na esfera privada de outro.

Uma das primeiras legislações brasileiras que buscou proteger os dados pessoais, bem como a esfera privada da pessoa no âmbito da rede mundial de computadores, tendo por sua característica a especificidade, foi a Lei nº 12.737/2012, popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann.² A lei ficou conhecida dessa maneira em razão do caso de uma atriz brasileira, Carolina Dieckmann, que teve seu computador invadido por um grupo de crackers, que obtiveram acesso ao conteúdo de suas fotos íntimas e pessoais e chantagearam a vítima, exigindo um pagamento de uma quantia em dinheiro (SILVEIRA; SOUSA; ALCÂNTARA; MELO, 2017, s.p.).

Vislumbra-se que a referida legislação guarda uma lacuna normativa, contudo tal lacuna fora suprida com a promulgação do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965 de 2014, que garantiu aos usuários alguns essenciais, como o disposto no caput do artigo 7º da referida lei,³ a qual dispõe que o acesso à internet é essencial ao seu exercício da cidadania.

A proteção da privacidade e dos dados pessoais é tema central do referido diploma legal, vez que seu artigo 3º já determina que o uso da internet no Brasil terá como princípios a proteção da privacidade (II) e a proteção dos dados pessoais (III), assim como a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento.

Contudo, o Marco Civil da Internet, ao disciplinar que o uso da internet seguirá o princípio de proteção de dados pessoais, dispõe apenas em linhas gerais a proteção

2 Entretanto, a referida lei tem uma conotação penal, vez que alterou o Código Penal Brasileiro e introduziu os artigos 154-A e 154-B, tornando crime a invasão de dispositivos de informática, em sentido amplo, para obter dados considerados pessoais

3 Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

de dados pessoais, não sendo tratada de forma mais profunda pelo legislador brasileiro (TEIXEIRA, 2016, s.p). Por exemplo, não há uma definição explícita do que seria um dado pessoal, apenas verifica-se uma preocupação do legislador de proteger este campo da vida virtual, com especial fim de resguardar os direitos fundamentais na vida real.

O fato é que tal legislação carece de uma complementação: a Lei n. 13.709 de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que trata mais especificamente desde do que seria um dado pessoal, assim como sua forma de tratamento e término do tratamento.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais tem por sua finalidade a proteção de direitos fundamentais, como a privacidade e todos os seus consectários corolários (intimidade, honra, direito de imagem e dignidade), em razão de suprir uma lacuna normativa decorrente da proteção de dados pessoais deixados pelo Marco Civil da Internet. Assim, foi promulgada em 14 de agosto de 2018, com objetivo de entrar em vigor a partir de 2020.

Percebe-se que a privacidade é um dos fundamentos principais da proteção de dados pessoais, uma vez que está disposta no artigo 2º, inciso I da Lei Geral Proteção de Dados Pessoais. Contudo, ainda existem diversos outros fundamentos, expostos no mesmo artigo, como:

(...) autodeterminação informativa”, “liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião”, “inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem”, “o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação”, “a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor” e “os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais (BRASIL, 2018, s.p).

O direito da autodeterminação informativa se consubstancia na tutela, pelo próprio cidadão, das suas próprias informações que foram colhidas. Tem que haver garantia que as informações colhidas estejam dentro da seara de controle daquele cidadão, ou seja, dever de ser protagonista de quaisquer temas relacionados ao tratamento de seus dados.

4 | ASPECTOS ÉTICOS

“Os fins justificam os meios?” É uma das principais questões éticas que o homem faz para si e para seus semelhantes. A ética é voltada aos pensamentos, atos e comportamentos do homem dentro da sua sociedade. Todo avanço tecnológico vem acompanhado de inúmeros questionamentos éticos por estar se propondo a mudar a vida e com isso alterar possíveis relações e comportamentos humanos. No campo da Inteligência Artificial não é diferente. Este tema vem sendo motivação para pesquisas e divagações das pessoas, que dentre os possíveis benefícios trazidos, se preocupam também com as questões sociais a serem consideradas.

As máquinas, enquanto estruturas artificiais de informação influenciam a constituição

do ser orgânico e social, estabelecendo uma relação intrínseca: se por um lado o orgânico possui características próprias e particulares (como as emoções, dor, perecer em relação ao tempo), as máquinas por sua vez também possuem características próprias: ainda não são abaladas por sentimentos ou emoções. Podemos dizer que a partir das características próprias tanto do orgânico quanto do artificial, estes dois elementos até então distintos se misturam e se complementam. Tal relação necessita de um novo conjunto de subsídios éticos para se desenvolver de uma maneira sustentável.

Deste cenário insurge outro apontamento intrigante: o momento em que o ser humano não será mais o ser mais inteligente do seu habitat. Esse tipo de equipamento singular traz consigo questionamentos que dialogam entre artificial e natural. Robôs deveriam ser aparentes como humanos? É direito saber se está dialogando com um robô ou um ser humano? Quais implicações disto? Inteligência Artificial terá consigo Inteligência emocional? Meu robô se ofenderá por não ouvir um 'obrigado' toda vez que cumprir uma tarefa?

São questões complexas, algumas delas debatidas há muitos anos e que agora ganham mais espaço do que nunca, cujo debate é necessário, todavia, a perspectiva é sobre o Futuro, que chegará em forma de Agora e acompanhado de palavras como "E aí, Siri" ou "Ok, Google".

Problemas éticos de cunho social se desencadeiam uma vez que a relação homem-máquina é estabelecida de uma forma quase visceral. Tal situação tem produzido exclusões, como a digital, que segundo Floridi (2001, p.3) "pode gerar novas formas de colonialismo e apartheid, que devem ser evitados, contrariados e, finalmente, erradicados"⁴. Colonialismo por parte dos detentores da informação e dos meios segundo o acesso a ela é possível e apartheid entre os informatizados, inseridos em redes de informações (insiders) e os desinformatizados excluídos (outsiders), sem acesso à informação e ao direito de equidade informacional⁵.

Por outro lado, o mau uso e má manipulação da informação, acarretando um tipo de vandalismo informacional, é outra consequência ética da revolução tecnológica. Como ressalta Floridi (2001, p. 3):

Naturalmente, outras inovações tecnológicas tinham suas próprias consequências éticas (como a impressão ou revoluções industriais, por exemplo). No entanto, o impacto ético das tecnologias passadas ocorreu dentro de um contexto em que a natureza desempenhou o papel de rainha e nós éramos seus trabalhadores.

4 It can engender new forms of colonialism and apartheid that must be prevented, opposed and ultimately eradicated.

5 O termo "equidade de informação" é aqui usado no sentido de igualdade de condições ao acesso, desenvolvimento e comunicação da informação.

5 I FUSÃO ENTRE NATURAL E ARTIFICIAL

Embora seja um assunto de alta indagação, hoje típico de produções cineastas, como *I, Robot*, ou o clássico *I.A.*, de Steven Spielberg, a Inteligência Artificial é parte da nossa evolução em um cenário cultural em rápida mudança, impulsionada pela tecnologia.

Já vivemos em um mundo em que cada momento é quantificado, desde o número de passos que damos ou não, vezes que visitamos um website, produtos em que temos interesses, destinos de viagens e até a qualidade do nosso sono. Recorremos a “medicamentos” tecnológicos, como os dispositivos leitores de ondas cerebrais, para exames médicos, que conseqüentemente prolongam nossa vida e ainda são capazes de aprimorar o desempenho em esportes ou em outras situações de muita pressão; ou ainda, acrescentamos membros robóticos aos nossos corpos, com a finalidade de crescer qualidade à vida de quem precisa. No geral, esses avanços nos conduzem a uma era da inclusão, acolhendo sujeitos periféricos junto com modelos algorítmicos e computacionais altamente sofisticados, que proporcionam a um mortal tomar ações, as quais levaria toda uma vida para realizar.

O amanhã se encaminha para a Inteligência super-humana, combinando a cognição do homem e da Inteligência Artificial em um espaço onde nossas memórias vivem mais do que nós mesmos; atualmente é comum dedicar à memória de entes queridos, serviços em plataformas online, que garantem o sobreviver da memória. E, em um futuro em que a Inteligência Artificial vive para sempre no circuito conectado que envolve o planeta, vamos manter nossas mentes vivas, independentemente da forma assumida pelos nossos corpos.

[...] as questões éticas ainda poderiam ser interpretadas como mera atualização de versões tecno-clássicas de velhos problemas. A revolução computacional aumentou ainda mais a magnitude do impacto ético das inovações tecnológicas e finalmente chegaram a um limiar crítico de mudança (FLORIDI, 2001, p. 3)

A nova ética chamada de informacional carrega em si o germe da descentralização do “eu”, pessoal e orgânico, uma vez que se pauta pelo equilíbrio das partes envolvidas, naturais ou artificiais. O desenvolvimento ético da informação e o desenvolvimento sustentável de uma sociedade informacional equitativa, implica uma infosfera pública e segura para todos, na qual a comunicação pode fluir (FLORIDI, 2001, p. 3).

Neste cenário de fusão a nova ética (informacional), ainda com a necessita ser pensada e inserida seria baseada em conceitos universais, mas sem excluir o lado singular de pontos de vista e dos fatos históricos e geográficos que definem culturas atualmente. (CAPURRO, 2010, p. 14).

A ética da informação, enquanto disciplina filosófica fornece subsídios para se pensar na possibilidade de conciliar natureza e tecnologia e assim proporcionar uma interpretação filosófica da infosfera. Além de ser uma ferramenta poderosa na luta contra a destituição,

empobrecimento e vandalismo dos recursos naturais e dos recursos humanos (incluindo a seu aspecto histórico e cultural), a implementação tecnologia, nesta seara cultural, permite que esta se expanda e se consolide mediante o mundo altamente miscigenado que encontramos, trazendo de volta à importância os aspectos originários de um povo ou uma nação.

Insta salientar que não é apenas no mundo moderno em que se é ávida a transmutação cultural, bem como em séculos passados, à tecnologia da época, povos foram adaptados até perderem suas características originais, a exemplo nativos americanos, vítimas dos primeiros colonizadores. Resta agora, não nos deixarmos sermos dependentes da utilização de Inteligência Artificial para acender uma luz.

Nos parâmetros que formam esta infosfera seria promovido o desenvolvimento de normas éticas acerca do compartilhamento e acesso a comunicação e informação. A humanidade agora convive com formas distintas de elementos e todas elas constituem e interagem no mesmo meio. Essa situação exige do homem uma postura mais branda, reconhecendo sua dependência e limitações. Finalmente, a longo prazo, a humanidade parece se tornar criatura de suas próprias criações.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto Elon Musk, quanto Stephen Hawking já se pronunciaram e nos alertaram sobre os potenciais perigos da IA quando usada para o mal. Não precisamos voltar muitos anos para perceber a notável evolução no correr da história humana e conceber a ideia de que somos sim capazes de usar novas tecnologias também para o mal e para a guerra. Infelizmente nosso individualismo tem falado muito mais alto do que nosso senso de coletivismo e isso é muito preocupante.

Em suma, neste trabalho procuramos trazer à baila, questões acerca dos impactos éticos causados pela inserção de elementos que se diferem da humanidade enquanto constituição física e operacional. O novo elemento que se apresenta é o artificial, com suas engrenagens, circuitos, metal e rodas.

Nesse contexto, uma vez que é instituído um novo ambiente com a presença do artificial, um novo sistema ético deveria também fundamentado a fim de sanar as novas problemáticas que envolvem os homens e suas possíveis máquinas. Por conta desta nova ética, reformulada a fim de se adequar a um novo contexto, o homem e o seu conceito de humanidade se deslocam de si mesmos e passam a perceber e considerar um ambiente mais amplo, um plano macroscópico.

Devemos, enquanto sociedade, estar preparados para este novo modo de relação em lugar de nos adequarmos a um fato já instalado. O desenvolvimento tecnológico deve estar em sintonia com as questões sociais para não trazermos mais diferenças sociais, escravidão, exclusão de qualquer espécie a qualquer espécie de ser componente da

sociedade ou a qualquer ser dotado de Inteligência e sentimento e com isso passível ao sofrimento.

Os profissionais de IA devem estar em sintonia com a população e conceitos éticos para orientar seus estudos e não causarem prejuízos a humanos e suas criaturas. Apesar de seu caráter subjetivo, a ética é a melhor maneira de guiar os rumos dos avanços não apenas em IA, mas também em outros campos do conhecimento.

O entendimento sobre o que é Inteligência e sobre o que seria um programa ou máquina pensante deve ser trabalhado para que não ocorram impasses e turbulência social no futuro. Liberdade e livre arbítrio são noções que estão envolvidas a vários grandes incidentes sociais da humanidade e que podem adentrar e ocasionar problemas éticos no campo IA. Estas discussões sobre a ética na IA podem ajudar a nos auto entender e agir, além de desenvolvermos uma noção de ética na sociedade.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1989**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CAPURRO, R. **Desafíos y prácticos de la ética intercultural de la información**. In: **Ética da Informação: conceitos, abordagens e aplicações**. Freire, G. H. A (org). P.11-51, 2010.

DONEDA, Danilo. **Da Privacidade a Proteção de Dados**. 2ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FLORIDI, L. **Informational Ethics: An Environmental Approach to the Digital Divide**. *Philosophy in the Contemporary World*, v. 9, n1, 2001.

FLORIDI, L. **The Information Society and Its Philosophy: Introduction to the Special Issue on “The Philosophy of Information, its Nature and Future Developments”**. *The Information Society*, v25: 153–158, 2009.

JABUR, Gilberto Haddad. **Liberdade de pensamento e direito à vida privada: conflito entre direitos da personalidade**. São Paulo: RT, 2000.

MADRIGAL, Alexis. **O exercício da cidadania no desenvolvimento da sociedade**. Jus, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48124/o-exercicio-da-cidadania-no-desenvolvimento-da-sociedade> - Acesso em 23 de junho de 2020, às 13h15.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVEIRA, Neil; SOUSA, Miriam L.; ALCÂNTARA, Antônia. M.; MELO, Jorge. **Crimes cibernéticos e invasão de privacidade à luz da lei Carolina Dieckmann**. Jus, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61325/crimes-ciberneticos-e-invasao-de-privacidade-a-luz-da-lei-carolina-dieckmann>. Acesso em: 26 de junho de 2020, às 19h10.

TURING, A.M. **Computing machinery and intelligence**. In: Mind: A quarterly reviews of psychology and philosophy. Vol. LIL. N° 236, 1950.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História**. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1971.

TEIXEIRA, João Pedro Ferraz. **Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados**. JusBrasil, 2019. Disponível em: < <https://joapedrofteixeira.jusbrasil.com.br/artigos/753086549/lgpd-101-comentarios-a-lei-geral-de-protecao-de-dados>> Acesso em: 24 de junho de 2020, às 23h10.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adequação 13, 41, 102, 104, 105, 108, 109, 111

Alienação 10, 11, 110, 123

Anteprojeto do Novo Código Penal 167, 174, 175

B

Bem Viver 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101

Bioética 181, 182, 191, 193, 194

C

Cartografia 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38

Ciência 4, 19, 24, 26, 27, 59, 60, 61, 72, 79, 97, 102, 103, 104, 110, 113, 133, 140, 155, 182, 213, 214, 217, 223, 225

Consumo 100, 103, 111, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 171, 191, 248

Contemporaneidade 42, 117, 118, 126, 204

Crimes Econômicos 167, 168, 177, 180

Crise 6, 102, 103, 104, 105, 111, 114, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 135

Cultura 1, 2, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 39, 41, 43, 45, 49, 52, 53, 54, 57, 79, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 144, 150, 157, 195, 196, 212, 213, 221, 226, 228, 231, 232, 248

D

Desenvolvimento Emocional 226, 227, 231, 233

Desenvolvimento Humano 8, 10, 11, 12, 15, 128, 129, 136, 226, 227, 228

Didática da História 67

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 41, 48, 55, 58, 63, 84, 128, 129, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 212, 218, 223, 224, 225

Direito Digital 155

Discurso Jurídico 141, 142, 143, 144, 145

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 28, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 118, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 141, 150, 193, 210, 223, 245, 247

Espeleoterapia 202

Espeleoturismo 202, 209

Estados-Nacionais 102, 103, 105, 108, 111, 113, 114

Estágio 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 93, 126

Estética 19, 21, 23, 42, 79, 84, 117, 119, 120, 126

Ethos 126, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 224

Ética 52, 56, 68, 94, 97, 99, 126, 155, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 184, 186, 191, 192, 193, 194, 217

Evolução 72, 106, 107, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 164, 168, 228

F

Fontes Imagéticas 17, 18, 20

Formação Docente 41, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 69, 70, 77, 78

G

Genocídio 195, 197, 198, 199

I

Inteligência Artificial 110, 155, 156, 158, 161, 162, 163, 164

Interdisciplinaridade 39, 44, 45, 46, 47, 53, 54, 128, 137

L

Legalidade 169, 174, 211, 217, 218, 222

Linguagem 9, 11, 12, 13, 14, 16, 25, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 47, 48, 55, 58, 101, 120, 121, 123, 125, 139, 141, 142, 143, 144, 154, 186, 188, 228, 232, 233

M

Marxismo 8, 11, 64, 139

Memórias 80, 82, 91, 135, 137, 163, 195, 215

N

Natureza 5, 6, 9, 11, 12, 21, 27, 28, 32, 42, 44, 45, 49, 64, 71, 72, 73, 79, 83, 93, 94, 95, 98, 100, 103, 105, 109, 110, 113, 121, 122, 131, 133, 144, 150, 151, 158, 162, 163, 173, 209, 212, 215, 216, 220

Normatização 55

P

Pesquisa 3, 6, 8, 10, 17, 26, 34, 36, 37, 46, 54, 55, 56, 64, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 179, 183, 202, 205, 210, 213, 222

Práticas Sociais 132, 134, 141, 143, 144, 145, 217

Privacidade 155, 156, 158, 159, 160, 161, 165, 239

Produção de valor 102, 104, 106, 115

Produção e recepção 55

R

Relações de Poder 55, 60, 108, 142

Religião 124, 187, 202, 204, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 220, 222

Representações 24, 30, 99, 131, 210, 214, 215, 231

Responsabilidade Civil Médica 181, 190

Responsabilidade Penal Da Pessoa Jurídica 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 180

Retórica 146, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 195, 201

Ritos fúnebres 211, 213, 220

S

Sistema Financeiro 102, 103, 105, 108, 109, 113, 114, 175

Subjetividade 17, 21, 22, 23, 112, 117, 120, 123

T

Tecnologias 38, 39, 40, 47, 48, 49, 53, 54, 157, 160, 162, 164, 168, 248

Teoria Histórico-Cultural 8, 16

Trocas Afetivas 226, 228, 230, 231, 233

Turismo de saúde 202, 209

V

Viagem 79, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 118, 197, 199, 200

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 